

NOTA TÉCNICA nº 93/ 2020

PAAF nº 0024.17.006404-2

- 1. Objeto:** Museu do Escravo.
- 2. Município:** Belo Vale.
- 3. Objetivo:** Acompanhamento da adoção de medidas adequadas para gestão da instituição.
- 4. Contextualização:**

Em 15 de dezembro de 2018, a Superintendência de Museus – SUM/SEC encaminhou a esta coordenadoria Relatório de Vistoria do Museu do Escravo, localizado no município de Belo Vale. Concluiu-se que o potencial do museu estava comprometido em qualidade e eficiência, devido a problemas de infraestrutura e, principalmente, pela inexistência de uma metodologia de trabalho adequada, subsidiando procedimentos técnicos no campo da documentação, do inventário, do tratamento e da exposição do acervo institucional.

Em 9 de agosto de 2009, a partir de contato com a Promotoria de Justiça de Belo Vale, esta coordenadoria certificou sobre a instauração de PA nº 0064070004-3 cujo objeto era o Museu do Escravo.

Em 6 de abril de 2010, foi realizada reunião na sede desta coordenadoria para tratar de vários bens integrantes do patrimônio cultural de Belo Vale. Ficou definido que, no prazo de 30 dias, o município informaria sobre a contratação de empresa objetivando a elaboração de novo plano museológico para o Museu do Escravo.

Em 22 de junho de 2010, a Prefeitura Municipal de Belo Vale informou que a Administração estava se empenhando na busca de recursos para efetiva restauração e conservação tanto do Casarão dos Araújo como do Museu do Escravo.

Em 30 de outubro de 2013, foi realizada na sede desta coordenadoria reunião com representantes do município de Belo Vale para tratar assuntos relativos ao seu patrimônio cultural. O Promotor de Justiça informou que havia sido celebrado Termo de Compromisso com a mineradora Gerdau em que havia previsão de destinação de recursos para bens culturais do município, contemplando o Museu do Escravo e as urnas funerárias que deveriam ser restauradas. Esclareceu a importância de que o município contasse com profissionais habilitados e responsáveis para a execução dos trabalhos. Foi acordado entre os representantes do município e o Promotor de Justiça que a melhor forma para execução



adequada e tecnicamente correta das obrigações seria através de um convênio com instituição acadêmica pública. Ficou pactuado que o Ministério Público faria contato com profissionais da UFMG a fim de verificar a possibilidade de execução dos trabalhos e a capacitação dos servidores do museu, que foi solicitada pelos representantes do município.

O Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público e a Gerdau Açominas S/A, em 2 de setembro de 2013, estabelecia o seguinte em relação ao Museu do Escravo:

15) Como medidas relacionadas aos impactos em detrimento do patrimônio arqueológico, a compromissária obriga-se a:

[...]

c) Elaborar e executar, em parceria com o Museu do Escravo de Belo Vale, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto museológico e museográfico para toda a instituição, com proposta de exposição específica sobre as pesquisas e achados realizados na Várzea do Lopes, bem como restauro das duas urnas funerárias existentes na UFMG, até o limite financeiro de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais).

Em 16 de dezembro de 2013, o setor técnico desta coordenadoria elaborou a Nota Técnica nº 134/2013 em acompanhamento ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Compromisso firmado com a Gerdau Açominas- Várzea do Lopes 13 MTA. Concluiu-se que o acordo estava sendo devidamente cumprido e que as cláusulas relativas ao patrimônio arqueológico e espeleológico expiravam no decorrer do ano de 2014.

No decorrer de 2015, a Gerdau apresentou Relatórios de Desenvolvimento de Atividades dos produtos Plano de Preservação e Uso Sustentável de São Caetano da Moeda, no município de Moeda, e Requalificação Museológica do Museu do Escravo, em Belo Vale.

Em 27 de outubro de 2015, foi realizada reunião na sede desta coordenadoria com representantes do município de Belo Vale e as equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos decorrentes do Termo de Compromisso com a Gerdau. Em relação às urnas funerárias, a Secretária Municipal de Cultura de Belo Vale se comprometeu a encaminhar ao Ministério Público relatório sobre a visita realizada ao Museu de História Natural da UFMG. Sobre o Museu do Escravo, foram expostos conceitos referentes ao projeto, tendo sido solicitada outra reunião para tratar especificamente do assunto.

Em 11 de novembro de 2015, foi realizada reunião com a participação de representantes da Prefeitura de Belo Vale; da Gerdau; da Oficina da Casa Arquitetura e Paisagismo Ltda, tendo como representante o professor José Eustáquio Machado de Paiva, coordenador dos trabalhos relativos a São Caetano da Moeda e ao Museu do Escravo, e do



professor René Lommez Gomes, do curso de museologia da UFMG. Os professores José Eustáquio e René Gomes apresentaram o escopo e o atual estágio de implantação do projeto relativo ao Museu do Escravo; narraram algumas medidas urgentes referentes à conservação e à segurança do acervo; informaram sobre a elaboração de dois tipos de inventário de acordo com a natureza do objeto; ponderaram sobre a questão da acessibilidade e da criação de um espaço para reserva técnica; solicitaram prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos e colocaram a necessidade de novo aporte de recursos. A representante da Gerdau informou que estava acompanhando a execução do projeto. O Promotor de Justiça informou que o contrato da Oficina da Casa era com a Gerdau, sendo que tal obrigação assumida pela empresa decorria de acordo firmado com o Ministério Público, que não exigiria nada além daquilo que foi pactuado com a empresa. Em relação ao novo aporte de recursos, esclareceu que, em sendo o caso, o Ministério Público discutiria com demais atores envolvidos, para sendo possível, destiná-los para os pontos do projeto não contemplados no acordo com a Gerdau.

Em 21 de novembro de 2015, a Gerdau apresentou o Relatório nº 4 de Desenvolvimento de Atividades dos produtos Plano de Preservação e Uso Sustentável de São Caetano da Moeda e Requalificação Museológica do Museu do Escravo. Em fevereiro de 2016, foi apresentado o Relatórios nº 5.

Em 17 de março de 2016, a Gerdau encaminhou a esta coordenadoria o Inventário completo das peças do Museu do Escravo, elaborado sob a coordenação do prof. René Lommez Gomes.

Em 26 de abril de 2016, o setor técnico desta coordenadoria elaborou uma certidão em que considerou que a cláusula do acordo relativa ao Museu do Escravo estava sendo devidamente cumprida. Sobre o inventário, considerou-se que se tratava de um trabalho preliminar que atendia, num primeiro momento, aos objetivos da sua realização: reconhecimento, identificação e reorganização do museu. Ressaltou-se que, para uma gestão adequada, o inventário precisava de detalhamento, com informações referentes às dimensões das peças e ao material que as constituem. Relatou-se o contato realizado com o prof. José Eustáquio Machado, que informou que em função dos graves problemas construtivos da edificação, a exposição do museu não poderia ser reestruturada. O referido professor informou, no entanto, que a Prefeitura Municipal estava destinando uma verba para as obras emergenciais no prédio.

Em 30 de junho de 2016, a Gerdau informou que havia recebido do professor-coordenador do projeto, José Eustáquio Machado, a conclusão do Projeto de Requalificação do Museu do Escravo de Belo Vale, no formato de 4 CD's, acompanhados de um relatório resumo e das alterações necessárias para conclusão. A empresa informou que considerava necessários alguns esclarecimentos no que se referia aos produtos e prazos acordados com a Oficina da Casa. Ressaltou que houve duas substituições decorrentes de



justificativa técnica do coordenador do projeto e acordada com esta coordenadoria em reunião realizada em 11/11/2015. A Gerdau informou que acatou as alterações sem impacto nos valores estabelecidos no Termo de Compromisso, sendo que o projeto expográfico e a implantação do display- urna arqueológica foram substituídos por:

- Relatório Técnico da Pesquisa Histórica junto a acervos de Ouro Preto e Mariana;
- Manual de Inventário de acervo;
- Manual de utilização do banco de dados;
- Treinamento da equipe para catalogação de acervos;
- Sistema informatizado do cadastramento do acervo (banco de dados).

A Gerdau ressaltou que o prof. René Gomes havia se comprometido a elaborar o Plano Museológico, uma vez que tal documento era indispensável para o processo de requalificação do Museu do Escravo.

Quanto às urnas funerárias, a Gerdau informou ter encaminhado a esta coordenadoria relatório detalhado sobre os serviços de restauro e educação patrimonial, bem como correspondência da diretoria do Museu de História Natural da UFMG se comprometendo a abrigar os bens enquanto não fossem concluídos os trabalhos no Museu do Escravo.

Em 30 de junho de 2016, realizou-se nova reunião para dar andamento às tratativas dos projetos desenvolvidos em Belo Vale. Sobre o Museu do Escravo, o Promotor de Justiça esclareceu que o escopo do projeto, cujos recursos foram destinados à instituição em decorrência do acordo com a Gerdau, consistia no inventário das peças, na restauração das urnas funerárias e na elaboração de banner relativos aos bens arqueológicos. Solicitou que o município providenciasse a correção dos problemas existentes no telhado da edificação e da rede pluvial que passa pela senzala. Determinou-se o encaminhamento à Prefeitura Municipal do inventário do Museu do Escravo.

Em 5 de agosto de 2016, a Gerdau protocolou nesta coordenadoria o Plano Museológico elaborado pelo prof. René Gomes.

Em 1 de setembro de 2016, o setor técnico desta coordenadoria elaborou a Nota Técnica nº 55/2016 sobre o acompanhamento do projeto de requalificação do Museu do Escravo. Concluiu-se que a cláusula nº 15-c do TAC, assinado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Gerdau Açominas S/A, não foi totalmente cumprida, uma vez que:

- O Plano Museológico apresentado mostrava-se um documento preliminar;



- Não havia sido apresentado o Projeto Expográfico, tendo em vista sua substituição por outros produtos;
- Não havia sido apresentada proposta de exposição específica sobre as pesquisas e os achados realizados na Várzea do Lopes, que também teria sido substituída por outro produto.

Ressaltou-se a necessidade de cumprimento integral da cláusula nº 15-c do TAC, bem como da socialização dos trabalhos produzidos no âmbito do Projeto de Requalificação Museológica do Museu do Escravo.

Em 14 de setembro de 2016, por meio de ofícioⁱ, esta coordenadoria encaminhou à Gerdau a Nota Técnica nº 55/2016, solicitando manifestação quanto ao seu conteúdo.

Em 21 de setembro de 2016, por meio de ofícioⁱⁱ, esta coordenadoria encaminhou à Secretaria Municipal de Cultura de Belo Vale a documentação elaborada sobre o Museu do Escravo, disposta em 7 (sete) DVD's referentes a fichas de inventário, sistema SCAM (sistema para catalogação de acervo museológico), relatório final da pesquisa histórica, inventário completo do acervo que se encontra no Museu do Escravo e Plano Museológico para requalificação (elementos preliminares).

Em 5 de maio de 2017, foi realizada na sede desta coordenadoria reunião com representantes da Prefeitura de Belo Vale, da Gerdau, da Oficina da Casa (prof. José Eustáquio Machado de Paiva) e da UFMG (prof. René Lommez Gomes). Na oportunidade, a Gerdau apresentou o Plano Museológico definitivo a ser analisado por este setor técnico. Os representantes da Prefeitura de Belo Vale informaram que o município havia reformado o piso da senzala e estava com uma equipe realizando reparos no telhado da edificação do Museu do Escravo. O prof. René Gomes esclareceu sobre outros problemas para efetiva implantação do projeto expográfico, ressaltando várias questões que precisariam ser resolvidas no prédio (acessibilidade, instalações sanitárias, sala educativa e reserva técnica). O prof. José Eustáquio informou que os projetos arquitetônicos e museográficos andavam juntos e que ambos já haviam sido orçados. O projeto arquitetônico, cujo pré-projeto foi entregue na reunião, teria valor estimado de R\$ 1.730.000,00. A implantação do projeto de requalificação museográfica ficaria em torno de R\$ 2.500.000,00. O prof. René destacou a importância da continuidade dos trabalhos, destacando que a segunda etapa seria o tratamento do acervo em valor estimado de R\$ 40.000,00. Elencou os projetos pelos quais o plano museográfico havia sido substituído, especificando seu cumprimento. Os representantes da Prefeitura informaram que o município não dispunha de recursos para continuidade do projeto arquitetônico em sua totalidade, mas estava cuidando das questões estruturais do prédio. Manifestaram interesse na requalificação do museu e propuseram a execução por etapas, dentro das possibilidades do município. O Ministério Público solicitou o cadastramento dos projetos na Plataforma Sementes e pediu aos envolvidos que buscassem outras fontes de captação de recursos.



Em 5 de outubro de 2017, a Gerdau protocolou nesta coordenadoria documento em que comunicava a conclusão do Plano Museológico do Museu do Escravo, com a entrega do DVD- Plano Museológico, Projeto Emergencial e Diagnóstico Arquitetônico, de autoria do museólogo René Lommez Gomes e do arquiteto José Eustáquio Machado de Paiva. Ressaltou que este material havia sido entregue na reunião realizada em 05/05/2017, solicitando o reconhecimento do encerramento da cláusula do Termo de Compromisso relativa ao bem cultural em questão.

Em 4 de junho de 2018, o jornal Estado de Minas publicou uma reportagem sobre uma visita de alunos à urna funerária aratu-sapucaí que já estava exposta no Museu do Escravo em Belo Vale.

5. Análise Técnica:

Na Nota Técnica nº 55/2016, foi descrito o conteúdo dos DVD's relativos à Requalificação do Museu do Escravo, encaminhados a esta coordenadoria em 30 de junho de 2016, cujo conteúdo merece ser aqui retomado:

- **DVD 1:** Inventário Peças INV (I): Fichas de nº 1 a 1.069 e Inventário- Peças INV- Museu do Escravo, com a relação de 2.137 itens; Inventário Peças TUT: Fichas de nº 1 a 40 e Inventário-Peças TUT- Museu do Escravo, com a relação de 40 itens; Metodologia de preenchimento das fichas de inventário, na qual especificou-se as duas categorias adotadas: INV para peças do museu e TUT para peças que estão sob tutela do museu.
- **DVD 2:** Inventário Peças INV (II): Fichas de nº 1.170 a 2.137 e Inventário- Peças INV- Museu do Escravo, com a relação de 2.137 itens.
- **DVD 3:** Apresentação do Sistema de Aplicação SCAM (Sistema para Catalogação de Acervo Museológico); Tutorial de instalação SCAM; ScamImages (I): fotografias (INV) de nº 1 a 4.338.
- **DVD 4:** ScamImages (II): fotografias (INV) de nº 4.339 a 8.528 e fotografias (TUT) de nº 1 a 148.
- **DVD 5:** Relatório Final de Pesquisa Histórica- São Caetano da Moeda e Belo Vale- Processo de ocupação da região e pastas de arquivos organizadas por temas diversos tais, como bibliografia, entrevista, imagens e mapas, legislação e documentação fotográfica. Os arquivos organizados incluem também cópias de documentação histórica arrolada na pesquisa (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Nacional Portuguesa).



- **DVD 6:** Inventário completo do Museu do Escravo (que se encontra juntado aos autos, contendo categoria, número, nome e foto) e Inventário dos bens sob tutela (40 fichas).

Com relação ao diagnóstico do Museu do Escravo (edificação e acervo) e ao inventário de seu acervo, este setor técnico considerou que as ações foram desenvolvidas de forma adequada e satisfatória. Destacou-se que, dada a quantidade e heterogeneidade de peças do acervo do Museu do Escravo, no processo de inventário, seu acervo foi dividido em duas categorias: peças que integram, efetivamente, o patrimônio do museu (bens identificados pelas letras INV) e peças que estão sob a tutela da instituição (bens identificados pelas letras TUT). As fichas produzidas trazem uma caracterização detalhada dos objetos, com campos dedicados à identificação, à descrição (material, dimensões, estado de conservação), às informações históricas e às fotografias. Foram elaboradas 2.137 fichas da categoria INV e 40 fichas da categoria TUT.

Sobre a pesquisa histórica, este setor técnico destacou que o trabalho foi realizado de forma criteriosa e bastante aprofundada, tornando-se referência para o estudo do processo de ocupação do Vale do Paraopeba. Destacou-se a importância do levantamento de fontes documentais junto ao Arquivo Público Mineiro (APM) e ao Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI), Casa Setecentista do Pilar.

Também na Nota Técnica nº 55/2016, no tocante ao Plano Museológico-Elementos Preliminares, apresentado em 5 de agosto de 2016, este setor técnico destacou que o próprio documento se intitulava como preliminar, apontando elementos e recomendações que deveriam ser discutidos e aprimorados para a elaboração de um Plano Museológico consolidado para o Museu do Escravo. Foram destacados no documento os seguintes campos emergenciais para requalificação do museu, que embora tenham sido abordados na nota técnica acima referida, considerou-se importante retomá-los aqui:

- **Constituição museológica:** recomendou-se que o trabalho de requalificação da instituição se iniciasse com uma discussão sobre sua vocação e delineamento da sua missão, levando-se em consideração possibilidades de mediação patrimonial ainda não exploradas. Ressaltou-se a importância de se considerar o relatório de pesquisa histórica que integra o projeto. Dentre as propostas, sugeriu-se que fosse colocada em discussão a mudança do nome da instituição para Museu da Escravidão e que fosse colocada em pauta a remodelação do acervo da instituição, com vistas a gerar novas coleções.
- **Constituição institucional:** ressaltou-se que o Museu do Escravo estava omissa em relação a vários pontos do Estatuto dos Museus. Foram estabelecidas como metas a verificação e regularização da documentação de constituição do museu, a elaboração do Plano Museológico em sua versão final, a elaboração do Estatuto ou



Regimento do museu, a elaboração ou revisão do documento de vinculação formal do museu à estrutura do município, a definição da constituição jurídica do novo museu, o estabelecimento de novos documentos reguladores de organização institucional, a criação de normas complementares, a criação do Código de Ética, a criação das estratégias de gestão. Ressaltou-se que as estratégias e metas de gestão, deverão promover a consonância das atividades da instituição com as políticas de desenvolvimento do setor museal propostas pelo Plano Nacional Setorial de Museus.

- **Corpo técnico:** destacou-se que o corpo técnico do museu era composto por 5 funcionários, sendo um efetivo, servidor da Prefeitura Municipal de Belo Vale, e 4 que atuavam com base em contratos temporários. A jornada de trabalho era de 40 horas semanais e nenhum deles possuía formação técnica relacionada à Museologia, Conservação, Educação e História. Ressaltou-se que a atuação do museu estava focada nas ações de extroversão do acervo, tendo a exposição um papel central no museu e que poucas e descontínuas ações de salvaguarda e pesquisas foram realizadas ao longo do tempo na instituição. Ressaltou-se que para o funcionamento de uma instituição museológica completa e requalificada, o número de profissionais se mostra insuficiente. Recomendou-se a contratação de profissionais especializados, como museólogo e historiador, destacando-se a importância do acompanhamento das propostas pelo poder público municipal. Mencionou-se a baixa remuneração do atual corpo técnico, que foi elogiado no envolvimento com a melhoria da instituição.
- **Acervo:** ressaltou-se que o acervo do Museu do Escravo era muito heterogêneo, sendo resultante de um processo de acumulação de objetos e que a aquisição de novos itens, nem sempre, foi acompanhada de registro. Destacou-se que, raramente, as aquisições foram realizadas considerando a temática da história da escravidão e que uma parte do acervo possuía baixa relevância cultural. Sobre os itens diretamente relacionados à escravidão, destacou-se que o acervo preservava antigos estereótipos associados a uma visão tradicional sobre o tema. Como um grande número de peças, encontrava-se fora da temática da escravidão, sugeriu-se uma “cisão” no acervo, com a criação de dois museus distintos ou uma “filial” do museu original. Ressaltou-se a importância da existência de uma política de aquisições e de descarte para o museu, bem como da documentação museológica (inventário, Livro do Tombo, sistema de catalogação). Foi destacado que há peças do acervo que pertencem à Igreja Matriz de São Gonçalo, ficando sob tutela da instituição. A ausência de reserva técnica e salas especializadas para tratamento do acervo também foi mencionada. Afirmou-se que cerca de 80% do acervo encontra-se em más condições de conservação e apresentava algum tipo de dano. Recomendou-se a elaboração de um projeto de intervenção centrado no tratamento do acervo,



promovendo ações sobre os seguintes campos: gestão do acervo, conservação preventiva e restauro.

- **Arquitetura:** destacou-se que a edificação onde funciona o Museu do Escravo foi construída simulando a arquitetura colonial, sendo formada por um casarão e uma espécie de galpão aos fundos, reforçando o estereótipo tradicional da escravidão, numa clara oposição entre casa grande e senzala. Destacou-se que na casa-grande havia seis salões de exposição: sala de recepção, com acervos variados; Sala Nelson Moura Brasil, com acervos indígenas; Sala Henrique Marques S. Penido, com objetos de arte sacra; Sala da Congregação Redentorista, com objetos mistos, parte de cunho religioso, Sala Luísa Jacques de Moraes, com utensílios domésticos e Sala Ivan Pavie Bojanic, com objetos de tortura e relacionados às religiões africanas. Destacou-se que no andar térreo do casarão grande ficava o “Salão Internacional”, espaço de restrita visitação, com objetos de origem diversa representando nacionalidades e que na senzala a exposição estava organizada nos seguintes temas: técnicas, moradia e armas.
- **Exposição e outras formas de comunicação museológica:** voltou-se à questão da centralidade da exposição como principal forma de extroversão do museu. Destacou-se que a exposição abrangia quase toda a sede do museu e que a sua própria forma de organização criava cisões entre os universos da escravidão e da casa grande. Com relação ao mobiliário, ressaltou que era constituído por peças de mobiliário doméstico comum, inadequado para exposição e conservação do acervo. Grande parte dos móveis estava atacada por cupins e colônias de cupins, colocando em risco a integridade do acervo. Ressaltou-se que as peças expostas não são acompanhadas de legendas e que as salas não exibiam textos sobre sua organização curatorial. Deste modo, a fruição do acervo ficava dependente de uma visita guiada.

Ainda na Nota Técnica nº 55/2016, este setor técnico ressaltou que, a partir da análise da documentação apresentada, era possível afirmar que o projeto de Requalificação Museológica do Museu do Escravo resultou num acurado diagnóstico da edificação e do acervo, bem como das atividades museológicas praticadas pela instituição. Destacou-se que houve significativos avanços, como o inventário e a catalogação do acervo, além da construção de um banco de dados. No entanto, considerou-se que o Plano Museológico apresentado era um documento preliminar que apontava elementos necessários à consolidação de um Plano Museológico efetivo, a ser elaborado nos termos dos artigos 44 a 47 da Lei nº 11.904/2009. Além disso, destacou-se que não houve proposta de reformulação da exposição de longa duração do Museu do Escravo e que não foram realizados trabalhos no sentido de articular a espacialidade do prédio, o mobiliário existente e os objetos integrantes do acervo, buscando conferir uma lógica interpretativa à exposição. Ressaltou-se a necessidade de observar que a cláusula do Termo de Compromisso previa



também a proposta de exposição específica sobre as pesquisas e achados realizados na Várzea do Lopes.

Um novo Plano Museológico de Requalificação do Museu do Escravo foi apresentado, como definitivo, pela empresa Gerdaui a esta coordenadoria, em reunião realizada em 05/05/2017. O documento é datado de março de 2017 e apresenta os seguintes tópicos e/ou capítulos:

- **Introdução:** explicitou-se que o Plano Museológico apresentava as orientações técnicas necessárias para a implantação da primeira fase do processo de requalificação do Museu do Escravo, sendo “a principal ferramenta de organização e gestão das sucessivas etapas de trabalho, gerando subsídios conceituais e recomendações técnicas para a reestruturação dos processos museológicos desenvolvidos pela instituição e para a implantação de novos procedimentos”. Sua aplicação foi prevista dentro de um prazo de 3 a 5 anos consecutivos de atividades. Sugeriu-se que ao fim de cada etapa ou de cada ano do processo de requalificação o Plano Museológico fosse revisto e ampliado, devendo ser redigido um novo plano, findo este primeiro período de transformação do museu.
- **Conceituação Museológica:** foi apresentado um breve histórico da constituição do Museu do Escravo, destacando-se as primeiras iniciativas na década de 1970, a construção do novo edifício em 1988, a constituição e organização do acervo ao longo do tempo e o trabalho de mediação patrimonial e ação cultural. Destacou-se que o processo de acumulação do acervo se deu de forma desordenada e que grande parte dos itens não possuía correlação com o tema da escravidão, provocando uma dissolução da identidade da instituição. Manteve-se a recomendação de que o trabalho de requalificação se iniciasse com uma discussão sobre a vocação do museu e delineamento de uma nova missão para seu trabalho. No tocante à vocação, destacou-se que devem ser levadas em consideração possibilidades de mediação cultural e patrimonial ainda não exploradas, havendo potencialidade da instituição para se fixar como a única unidade museológica do país totalmente devotada à discussão da História da Escravidão. Para isso, ressaltou-se a importância do relatório de pesquisa histórica que integra o projeto, na medida em que apresenta visões de uma nova historiografia, rompendo com perspectivas reducionistas e valorizando a dimensão cultural dos processos. Foram apresentadas propostas de missão e de visão da instituição, além de terem sido proposta metas para aprofundamento, consolidação e validação da nova conceituação do museu.
- **Programa Institucional:** foram abordadas as diversas leis municipais que embasaram a criação do Museu do Escravo, ressaltando-se que a instituição



permanecia omissa em relação a vários pontos do Estatuto dos Museus. Destacou-se que “após a validação dos novos parâmetros conceituais de atuação do museu requalificado, torna-se meta prioritária para a instituição a criação dos instrumentos básicos para sua gestão, especialmente um regimento ou estatuto”. Ressaltou-se que o Estatuto dos Museus “coloca como dever dos museus elaborar e implantar o Plano Museológico”. Considerou-se a elaboração de um estatuto ou regimento para o Museu do Escravo uma “meta urgente no Programa de Gestão”. Ressaltou-se que a prática de elaborar estratégias e metas de gestão devem constar do Plano Museológico para o bom desempenho das atividades da instituição. Ressaltou-se ainda a necessidade de promover a consonância entre as atividades da instituição e as políticas para o desenvolvimento do setor museal propostas pelo Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020.

- **Programa de Gestão de Pessoas:** foi apresentado um diagnóstico bastante detalhado da estrutura do corpo técnico do Museu do Escravo. Destacou-se que o museu carecia de profissionais e/ou equipes especializados das áreas de Conservação, Museologia, Ação Educativa e Pesquisa e que deveria ser prevista além da ampliação do corpo técnico da instituição, a qualificação dos profissionais já contratados, cujo comprometimento foi elogiado. Destacou-se também a importância de acompanhamento destas propostas pela municipalidade, uma vez em que gerarão um impacto direto na gestão do museu e do município. Foi considerada de alta prioridade a meta de redesenhar a estrutura organizacional do museu e de promover o treinamento e a formação continuada de seus profissionais.
- **Programa de Acervos:** ressaltou-se que se trata de um dos pontos mais sensíveis da instituição. A heterogeneidade do acervo foi considerada um fator que dificulta a clareza de atuação museológica da instituição. Ressaltou-se que um grande volume de itens do acervo não se relaciona à escravidão, mas que apresentam alta potencialidade para o trabalho museológico em uma instituição dirigida para a mediação do patrimônio ligado à história da técnica ou do cotidiano. Sendo assim, foi levantada a possibilidade de cissão do corpo do acervo do Museu do Escravo, “criando-se dois museus distintos ou uma ‘filial’ do museu original, claramente dedicada a estes temas e acervos”. Ressaltou-se ainda que uma parcela dos objetos acumulados não possui valor cultural, histórico ou artístico, sendo fundamental a implantação de um conselho consultivo que auxilie a instituição na tomada de decisões relativas à composição e seu acervo. Outro problema destacado foi a ausência de uma documentação de qualidade, que teria levado à perda das informações conexas à história dos itens que compõem o acervo. Destacou-se que “o museu não possui a documentação museológica básica para a gestão de seus acervos (Inventário, Livro de Tombo, Sistema de Catalogação, etc.)” e que na primeira contagem foram identificados 2.485 objetos expostos no museu. Contudo, como estavam sendo desenvolvidos trabalhos de catalogação, o número poderia



variar. Sobre as condições de preservação e restauro do acervo, destacou-se que cerca de 80% do acervo encontrava-se em má condição de conservação e possuía alguma espécie de dano. Acrescentou-se que o museu não possuía reserva técnica e nem salas especializadas para o tratamento de seus acervos e que a quase totalidade dos itens ficava exposta sem cuidados de conservação preventiva. Por isso, foi recomendada como primeira fase do processo de requalificação, conseguinte a etapa inicial que já estava sendo desenvolvida (compreendendo a execução do diagnóstico, inventário do acervo, criação de uma base de dados para acervos e elaboração de um plano de intervenção), a elaboração de um projeto de intervenção do acervo centrado no tratamento da coleção do Museu do Escravo. Todas as metas relativas ao Programa de Acervo foram consideradas de alta prioridade.

- **Programa de Comunicação Museológica:** destacou-se que a exposição era a principal forma de extroversão do acervo do museu, abrangendo quase toda a área do prédio. Destacou-se que, além do mobiliário e das condições de iluminação inadequadas, “as peças expostas não possuem legendas e as salas não exibem textos que reflitam sobre sua organização curatorial, sobre a procedência do acervo, ou quaisquer outras informações que acrescentem camadas de significação aos objetos ao serem contemplados pelo público”. Sendo assim, a fruição do acervo ficava dependente de visita guiada. Foram indicadas diversas inconsistências na atuação museológica da instituição. Ressaltou-se que “as metas para este campo da comunicação museológica, no entanto, só poderão ser elaboradas a partir da formalização da nova conceituação do trabalho a ser desenvolvido pela instituição e de uma ampla requalificação do seu acervo”. Ressaltou-se ainda que “a montagem de exposições encontra-se próxima ao fim da cadeia operatória da museologia, iniciada com a identificação, recolhimento, colecionamento, musealização, registro e documentação de bens culturais”. Acrescentou-se que “o delineamento e a montagem de uma exposição devem ser construídos em diálogo estreito com a arquitetura que a abrigará”. Com estes argumentos, afirmou-se que era inviável desenvolver nesta etapa de trabalho, propostas mais consistentes para um plano de exposição. Sobre as ações educativas e culturais, colocou-se que “o Museu do Escravo tem o dever de potencializar a ressonância do seu patrimônio junto às comunidades que os tomam como herança”. Foram propostas o desenvolvimento de ações extramuros, de modo criar intervenções culturais e educativas do museu e da biblioteca que se estendem para seu entorno, envolvendo a Igreja Matriz, os casarões adjacentes e as instalações ferroviárias da proximidade.
- **Programa de Pesquisas:** destacou-se o fato de que muitos museus estão progressivamente abandonando a pesquisa e enfatizando ações de comunicação museológica, especialmente a exposição. Recomendou-se o estímulo à prática da pesquisa no Museu do Escravo, tendo sido sugeridas três temáticas: Pesquisa do Acervo, Pesquisas em História e Memória da Escravidão e Pesquisa de Público. A



continuidade aos processos de documentação e pesquisa de acervos iniciados foi considerada uma meta de alta prioridade.

- **Programa Arquitetônico e Urbanístico:** foi apresentado um diagnóstico bastante detalhado da situação do prédio que abriga o Museu do Escravo e a Biblioteca Pública. Destacou-se que “o edifício apresenta sérios problemas que comprometem o bom andamento das ações museológicas já desenvolvidas pela instituição e impõem inúmeras limitações à implantação de novas linhas de ação museológica”. Considerou-se a realização de reformas no prédio como urgência máxima, na ordem de prioridades do plano de requalificação da instituição. Foram apontadas diversas deficiências e fatores limitadores das atividades atuais do museu, bem como propostas de intervenções arquitetônicas nos vários espaços da edificação. Além disso, foram apresentadas propostas de intervenções urbanísticas no sentido de integrar o museu com as edificações de interesse cultural presentes em seu entorno.
- **Programa de Segurança:** ponderou-se que a sua implantação depende da conclusão dos programas de intervenção relativos ao acervo, à exposição e à arquitetura.
- **Programas de Financiamento e Fomento:** destacou-se que o Museu do Escravo vinculava-se à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Belo Vale, órgão responsável pela manutenção de suas atividades. Ponderou-se que, após o processo de requalificação, a instituição dependerá de maiores montantes de recursos, sendo fundamental o envolvimento da administração municipal na discussão de mecanismos e estratégias de financiamento capazes de criar as condições necessárias para a manutenção e o fomento das atividades desenvolvidas na instituição. Recomendou-se que o museu tivesse um profissional específico para o acompanhamento dos editais; a negociação e captações de recursos; a elaboração, implantação, acompanhamento e prestação de contas de projetos. Foi considerada como meta de alta prioridade a construção de um Plano Anual de Gestão que estabeleça demandas financeiras e destinações de recursos provenientes de diferentes fontes.
- **Programa de Comunicação Institucional:** de mesma forma que foi tratado o Programa de Segurança, ponderou-se que as “ações de comunicação institucional e marketing de um museu encontram-se no fim da cadeia operatória que determina suas atividades”.

Ao final, foi apresentado um quadro síntese do Plano de Metas para requalificação do Museu do Escravo. Para cada programa apresentado no Plano Museológico foram



elencadas metas, para as quais foram estabelecidas prioridades (alta, média ou baixa) e cronograma para execução, variando de um a cinco anos.

6. Conclusões:

A partir da análise da documentação produzida no processo de cumprimento da cláusula do Termo de Compromisso referente ao Museu do Escravo, este setor técnico considera que houve produção de um vasto e importante material, que apresenta um diagnóstico bastante detalhado da edificação que abriga a instituição e do seu acervo. Podem ser destacados significativos avanços para a instituição, como o inventário de grande parte do acervo, a constituição de uma base de dados e o sistema informatizado do cadastramento do acervo.

Entretanto, a cláusula do Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério Público e a Gerdau estabelecia a elaboração e execução, em parceria com o Museu do Escravo, de projeto museológico e museográfico para toda a instituição, com proposta de exposição específica sobre as pesquisas e achados realizados na Várzea do Lopes, bem como restauro das duas urnas funerárias, até o limite de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais).

Sendo assim, este setor técnico entende que a cláusula do Termo de Compromisso, até mesmo em função do valor relativamente modesto que destinou ao Museu do Escravo, pretendia uma intervenção na realidade concreta da instituição. Ou seja, a elaboração de um Plano Museológico específico para orientar a gestão do museu existente e organização de sua exposição de longa duração, a partir da articulação dos elementos presentes (a espacialidade do prédio, o mobiliário disponível e as peças do acervo), buscando conferir uma lógica interpretativa à exposição.

Contudo, o que foi desenvolvido pelas equipes coordenadoras dos projetos no Museu do Escravo consistiu em um trabalho com propostas de maior envergadura. Ao se depararem com diversas patologias existentes na edificação e com as condições precárias de grande parte do acervo, as equipes responsáveis pelo desenvolvimento do projeto propuseram intervenções de grande vulto que não condiziam com os valores destinados à instituição por meio do Termo de Compromisso.

A versão final do “Plano Museológico” apresentado pela Gerdau trata-se de um documento norteador, que apresentou subsídios para que o Museu do Escravo possa realizar reformulações de caráter conceitual e institucional, bem como implementar programas relativos ao acervo, à pesquisa e às outras formas de extroversão que não se restrinjam à exposição. Nestes termos, o documento não pode ser considerado um Plano Museológico, pois ainda que tenha apresentado um diagnóstico dos programas que



correspondem às áreas de trabalho da Museu do Escravo, não trabalhou com a realidade concreta e específica da instituição, restringindo-se a indicar diretrizes e parâmetros para a construção de um Plano Museológico propriamente dito.

No tocante ao processo de inventário do acervo, é inquestionável a importância do trabalho que foi realizado pela equipe responsável por essa parte, no sentido de promover o conhecimento da heterogeneidade de itens que a instituição abriga, do seu estado de conservação e a constituição de uma base de dados. Não restam dúvidas de que o inventário constitui um passo fundamental para elaboração e execução de um projeto museográfico, bem como para orientar ações futuras, como criação de reserva técnica e proposição de programas de tratamento da coleção. No caso em questão, os trabalhos de inventário e catalogação do acervo do Museu do Escravo não avançaram em direção a uma proposta expográfica, como estabelecido na cláusula do Termo de Compromisso.

Com relação às urnas funerárias, que passaram a integrar o acervo do Museu do Escravo, sabe-se que os trabalhos para sua restauração foram devidamente concluídos e que as peças estão expostas na instituição. Contudo, como a elaboração e execução do projeto expográfico para a instituição não avançaram, acredita-se que a proposta de exposição específica sobre as pesquisas e achados na Várzea do Lopes, conforme estabelece a cláusula do Termo de Compromisso, também tenha tido seu cumprimento prejudicado.

Portanto, não obstante os significativos produtos apresentados pela Gerda em relação ao Museu do Escravo, com destaque para o inventário de parte do acervo da instituição, este setor técnico entende que a cláusula do Termo de Compromisso não foi integralmente cumprida.

Recomenda-se que seja requisitado à Prefeitura Municipal/ Secretaria Municipal de Cultura de Belo Vale relatório detalhado sobre o panorama atual do Museu do Escravo, contemplando prédio, acervo, exposição, inclusive das urnas funerárias, implementação do sistema informatizado de catalogação de acervo e treinamento do corpo técnico, de modo a verificar os trabalhos efetivamente desenvolvidos na instituição em cumprimento à cláusula do Termo de Compromisso.

7. Encerramento:

São essas as considerações do setor técnico desta coordenadoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2020.





Neise Mendes Duarte
Analista do Ministério Público – MAMP 5011
Historiadora

-
- i Ofício nº 1052/2016.
ii Ofício nº 1072/2016.

